

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: “FAZER FALAR O PAPEL”

LEITE, Marlene Gomes¹; DUARTE, Laura Roseli Pael²; LIMA, Thaianie Coral Fernandes³

RESUMO: Este trabalho propõe uma breve reflexão sobre a educação escolar indígena como um movimento importante de “bricolage”, onde esse processo tornou-se para as famílias indígenas Guarani e Kaiowá um problema desafiador, provocando discussões sobre o “fazer falar o papel”. Assim a educação escolar foi entendida por algumas famílias como fonte de diversos saberes, prestígios e poder político dos não indígenas, um instrumento utilizado para entender os saberes não indígenas (BENITES, 2009). A escola que se tornou um espaço político nas aldeias, tem por finalidade responder as necessidades e demanda atual nessa constante caminhada, reforçando os conhecimentos tradicionais (BENITES, 2014). Para tanto, pensar a educação escolar, é pensar uma instituição originária dos povos não indígenas. Essa instituição introduzida pelo colonizador branco, por muitas décadas foi instrumento de dominação ideológica e opressão, uma “máquina de fazer brancos” precisamente por não valorizar a cultura e as línguas nativas existentes, impondo valores que não condiz com a realidade tradicional dos povos em questão. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 o governo federal brasileiro, pressionado pelo movimento indígena e seus aliados, reconheceu a sociedade nacional como pluricultural, reconhecendo a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos povos indígenas. No que tange a educação, ela assegurou que as comunidades indígenas utilizem suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem. Nesse sentido contemplamos algumas discussões dos professores indígenas do Teko Arandu, além de conversas com os professores da Escola Municipal Mbo’ero Arandu’i, localizada na aldeia Jarara município de Juti, MS, para abordar como se dá o processo educacional nessa localidade e o papel do professor indígena nesse contexto, contribuindo para o aprendizado acerca do tema em questão.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Constituição Federal de 1988 e Professor Indígena.

¹ Mestranda em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: marlenejuti@hotmail.com

² Mestranda em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: laurapael@hotmail.com

³ Mestranda em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: thaianecoral@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda de forma sucinta a questão da educação escolar indígena, este processo “fazer falar o papel” que se tornou importante para as comunidades Guarani e Kaiowá. A escola com objetivo inicial de conversão e catequização objetivava integrar os índios como mão de obra na sociedade nacional. Por outro lado temos a educação escolar pós Constituição Federal de 1988 onde a escola indígena ganha novos rumos e torna-se um meio de acesso ao conhecimento, sem perder suas especificidades. Em um processo de “bricolage⁴” a escola segue caminhando no pós Constituição.

Segundo Nascimento; Urquiza (2010, p. 116) “educação escolar é apenas uma das formas encontradas pela civilização ocidental para sistematizar o processo de socialização de seus membros.” Já “a educação escolar indígena, diz respeito aos processos de produção e transmissão dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores.” (LUCIANO, 2006, p. 129 apud URQUIZA, 2010, p. 116).

Pensar em educação nos remete a um fator relevante, educação ou educações? Já dizia Brandão (2007). Essa instituição introduzida pelo colonizador branco, por muitas décadas foi instrumento de dominação ideológica e opressão, precisamente por não valorizar a cultura e as línguas nativas existentes, impondo valores que não condiz com a realidade tradicional dos povos indígenas.

Assim entre as décadas de 60 e 70, surgem expectativas por uma “escola voltada para dentro da aldeia”, demonstrando a diferença entre “educação para o índio e educação indígena”. Toda essa discussão e posteriormente os projetos alternativos que estavam acontecendo em diversos estados brasileiros trouxe a tona, mobilizações e inquietações, onde os debates internos das aldeias são reproduzidos na cena pública, confirmando que a educação para o índio, via processo formal, tinha como propósito a integração do mesmo à sociedade não índia, provocando assim, a desintegração da cultura tradicional. (NASCIMENTO, 2003).

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 o governo federal brasileiro, pressionado pelo movimento indígena e seus aliados, reconheceu a sociedade nacional

⁴ Utilizaremos esse termo no sentido levistraussiano, como uma característica do pensamento indígena.

como pluricultural, reconhecendo a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos povos indígenas. Quanto à educação, ela assegurou que as comunidades indígenas utilizem suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem.

Nesse sentido a Constituição Federal de 1988 é um marco no que tange os direitos indígenas, pois rompeu com a visão integracionista, reconheceu o direito à diferença, a capacidade processual dos índios, suas comunidades e suas organizações, além de atribuir ao Ministério Público o dever de garantir os direitos indígenas. No entanto, sabemos dos avanços significativos, mas na prática vemos que esses avanços não são compartilhados por todos, existe a dificuldade em fazer funcionar a lei por inúmeros fatores, mas não é intenção abordar tal assunto aqui.

Assim tanto a Constituição, como a LDB 9394/96 e outros documentos posteriores são importantes, pois veio dar respaldo as reivindicações, consolidando os direitos mais específicos da educação escolar indígena no país. Nesse sentido “A escola foi sendo construída como um espaço onde podem ser reforçados os conhecimentos tradicionais e a formulação de projeto de futuro” (BENITES, 2014, p. 83) e nesse contexto o papel do professor indígena é fundamental.

Benites (2014) conta sua trajetória enquanto aluno e posteriormente professor indígena, suas dificuldades como o primeiro professor indígena da aldeia Te'ýikue localizada na cidade de Caarapó, MS, e a importância de seu envolvimento no movimento dos Professores Guarani e Kaiowá⁵ e no Aty Guasu⁶.

Segundo ele toda lógica, modelo, perspectiva de vida e concepções adquirida a partir da escolarização anterior foram sendo desconstruídas e a religião e a cosmologia tradicional adquirida com seus avós, e que estavam escondidas apareceram e se tornaram mais forte. (BENITES, 2014).

Assim pode se dizer que faz 516 anos que Cabral pisou nesse território que hoje chamamos Brasil. Portanto faz 516 anos de lutas e resistências dos povos indígenas nesse país.

DESENVOLVIMENTO

⁵O Movimento dos Professores Guarani/Kaiowá é uma organização indígena que congrega os professores desta etnia desde 1987. (REZENDE, 2008, p. 90).

⁶ Grande Assembleia de Lideranças Guarani e Kaiowá no MS

No texto “Desaprendendo na escola” José Ribamar Bessa Freire (2013), comenta sobre a escola que “des-ensina”, onde os alunos desaprendem sua língua, tradição, saberes, inclusive esse texto foi debatido por professores indígenas no Teko Arandu⁷.

Freire (2013) comenta sobre a “fábrica de fazer brancos”, onde a educação escolar indígena que iniciou com a catequese, passou pela colônia, pelo império até a república e nesse processo não contou com a participação de professores indígenas. Assim esse modelo pedagógico prevaleceu por muitos anos.

Nesse sentido os professores indígenas nas aulas do Teko Arandu, comentaram que ainda hoje lutam para que nas escolas indígenas tenha apenas professores indígenas e comentaram que às vezes nas aldeias têm os profissionais habilitados, mas as secretárias acabam contratando professores brancos. Isso ainda acontece, mas em uma menor proporção, até porque os professores indígenas não aceitam professores brancos em suas escolas.

Quanto a “fábrica de fazer brancos”, Freire (2013) comenta que há alguns anos ele pediu para seus alunos do Programa KuaaMbo’e de Formação de Professores Guarani da Região Sul que desenhassem a escola onde estudaram. Cada professor fez a ilustração a sua maneira, mas um dos desenhos lhe chamou atenção, pois o aluno desenhou um prédio grande que ocupou toda a folha de papel. Ele desenhou a “fábrica de fazer brancos”. Nela as crianças que ingressavam se despiam de seu modo de ser e viver, eram “trituras, moídas, pulverizadas e reformatadas” para virarem brancas.

Essa imagem de escola “devoradora” de línguas, conhecimentos tradicionais e processos próprios de aprendizagem, pode também ser resumida por uma imagem a seguir, onde um professor indígena nas aulas do Teko Arandu desenhou em resposta a uma atividade proposta pela professora Veronice Rossato, que na ocasião pediu para representarem em forma de desenho a educação escolar para os povos indígenas antigamente, a partir das discussões e do texto de Bessa.

⁷Curso de Licenciatura Intercultural Indígena para formação de professores indígenas Guarani e Kaiowá. Inaugurado em 2006 pela UFGD em parceria com a UCDB, Movimento dos Professores Indígenas e outras instituições parceiras. O curso oferece Licenciatura Plena em Educação Intercultural, com habilitações em quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza.



Nesse desenho o professor apontou o papel da escola como de reduzir o indígena, envolvendo-o de uma maneira difícil de desprender dos valores conferidos por essa instituição. A escola que tinha como seu objetivo primeiro catequizar os indígenas, envolvia os mesmos em um processo doloroso, pois eles tinham que se despir de seu modo de ser e de viver *ñande reko*, para adentrar o mundo dos brancos.

Esse foi um dos desenhos realizados pela turma, mas todos os desenhos observados ficaram muito interessantes e cada um trazia uma mensagem de escola que realmente deva ficar no passado.

A partir das discussões dos professores, percebe-se que hoje em dia, em cada escola uma realidade diferente é apontada e assim cada comentário foi permeado pelos conflitos e problemas suscitados entre os professores, que não apenas traziam suas realidades para discussão, como também discutiam as possíveis soluções.

Levi Strauss (1989) em sua obra “O pensamento selvagem” utilizou o termo “bricolage” para definir um tipo de conhecimento que até então era chamado de primitivo. Sua ideia de “bricolage” assinalava um modo específico de pensar, definido pelo autor de “pensamento mágico”. Assim a palavra “bricolage” “Em sua concepção antiga, o verbo bricoler aplica-se ao jogo de péla e de bilhar, à caça e a equitação, mas sempre para evocar um movimento incidental”. Já na atualidade “bricoleur é aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos se comparados com os do artista”. (LEVI STRAUSS, 1989, p. 32).

No sentido moderno a palavra é relacionada com trabalhos manuais, com a ação de juntar diferentes elementos e ferramentas que estão à disposição e assim formar algo novo. O termo “bricolage” soa muito bem, por se tratar de uma categoria do pensamento indígena, ou seja a escola mesmo sendo uma instituição não indígena, dentro da aldeia ela se torna um instrumento favorável e após os “manuseios” a escola acaba se “guaranizando”⁸ para atender as necessidades e demandas lá existentes.

Vimos que a Constituição de 1988 veio justamente em contraste com a escola vista como “fábrica de fazer brancos” e com ela diversos direitos foram estabelecidos no papel, inclusive reconhecendo os direitos originários sobre as terras ocupadas tradicionalmente.

O “fazer falar o papel” que tornou importante com a chegada das escritas não indígenas nas aldeias,

Assim, as lideranças de cada família começaram a discutir e pensar que seus membros mais jovens deveriam aprender a ler e escrever mesmo, justamente para desvendar a fala, os significados e saberes do não-índio, que se encontravam impregnadas no papel. Desse modo, as famílias Kaiowá passaram a interpretar que aprender a ler e escrever seria um modo de poder sagrado (*karai vera arandu*), além de um instrumento valioso no contato com o *karai*, na relação de trabalho *changa*, em transações comerciais, para não serem mais enganado (*pono je hose*). (BENITES, 2009, p. 78)

Este processo (ler, escrever e contabilizar) tornou-se para as famílias indígenas Guarani e Kaiowá um problema desafiador, provocando discussões sobre o “fazer falar o papel”. Assim a educação escolar foi entendida por algumas famílias como fonte de diversos saberes, prestígios e poder político dos não indígenas, mas eles poderiam se apropriar em prol de seus interesses. (BENITES, 2009)

Para compreender um pouco como é desenvolvido esse processo educacional contemplamos aqui algumas discussões presenciadas nas aulas do Teko Arandu e algumas conversas com os professores da Escola Municipal Mbo’ero Arandu⁹ destacando a importância do professor indígena no processo.

⁸ Guaranizar em verdade pode significar inclusão de conteúdos kaiowá e guarani em produtos midiáticos, mas na maior parte das vezes extrapola esse significado. “Guaranizar” é uma forma de servir aos interesses dos Kaiowá e Guarani, sejam quais forem os resultados esperados com uso dessas tecnologias. (KLEIN, 2013, p. 71)

⁹ Localizada na aldeia Jarara, na cidade de Juti, MS. A referida escola oferece Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com salas multisseriadas.

Hoje a situação dessa escola encontra-se em fase de tramitação na Justiça, pois é reivindicada pela comunidade a passagem de escola extensão municipal da escola Doraci de Freitas Fernandes, para escola Polo Indígena Mbo'ero Arandu'i que traduzida significa "Casa Iluminada". Assim, tem como demanda: deixar de ser extensão, conquistar autonomia gerencial.

A escola que possui Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, com calendário diferenciado, que inclui datas comemorativas que são celebradas na referida comunidade, como o aniversário da aldeia, celebrado em 22 de março, dia do Índio em 19 de abril (comemorado também o aniversário da escola), dia da Cruz e do Pajé, comemorado em 03 de maio.

Eles acrescentaram a importância do professor indígena e disse que o professor dentro da aldeia não tem apenas um papel, ensinar e escrever como faz os brancos, mas seu papel é múltiplo na comunidade. Múltiplo, pois além de ensinar a ler e escrever, "fazer falar o papel" ele deve lutar pela sua escola e deve ajudar sua comunidade até mesmo nas decisões, porque segundo eles os professores têm voz e ajudam as lideranças dentro das aldeias.

Assim a escola não é uma instituição própria dos indígenas, mas pode ser "guaranizada", ela dentro da aldeia é deles e deve servir aos seus interesses, pois serve de instrumento a seu favor. Mas o professor reconheceu que a escola ainda hoje gera discussão entre eles, pois alguns pais preferem que seus filhos estudem nas escolas das cidades, pois criticam o ensino e a forma como os professores indígenas ensinam. Alegando que não cuidam das crianças e que o ensino é fraco.

Para o professor João da aldeia Jarara isso é um problema sério. Segundo ele a escola é uma porta de entrada e saída de conhecimento na aldeia. Muitos pais preferem matricular os filhos para estudarem fora da aldeia e alegam que a Língua Guarani as crianças já sabem. Para o professor os pais têm que fortalecer e valorizar a escola dentro da aldeia e assim conseguir mais salas, pelo menos o ensino fundamental completo na aldeia.

Ele deu um exemplo que aconteceu alguns anos atrás em sua família: seu filho vendo muitas crianças saírem para estudar na escola da cidade, disse que gostaria de estudar na cidade também, pois até os menores que ele já estava estudando na escola da

cidade. Então o professor disse para o menino que assim como ele gostava muito de bola, deveria gostar também da escola, pois a escola da aldeia é deles e tem que ser valorizada por eles e que no momento certo ele iria para escola da cidade, mas enquanto tivesse estudo para seu filho na aldeia, não colocaria o menino na escola da cidade.

Para o professor, as divisões que ocorre dentro da aldeia, com relação à escola, enfraquece o grupo, porque infelizmente para conseguir qualquer coisa para escola, a prefeitura ou o estado querem a quantidade. Quanto maior o número de alunos, mais coisas conseguem, quanto mais valorizada por eles, melhor.

No caso da escola Mbo'ero Arandu'i, que hoje possui 28 alunos, mas já teve um número maior em anos anteriores, o professor disse que sempre reforça nas reuniões, nas conversas, que quanto mais eles valorizarem a escola, mais eles ganham com isso e reforça que a escola dentro da aldeia é um instrumento deles.

Assim os docentes pensaram e fizeram uma adequação com relação à metodologia a ser adotada: com os alunos de 1º e 2º ano são trabalhadas as atividades na língua materna e com os alunos do 3º, 4º e 5º ano, principalmente no 5º ano trabalha-se com mais ênfase à língua Portuguesa e a matemática, tentando assim amenizar os problemas enfrentados por este aluno ao ingressar na escola da cidade.

Nesse sentido as reclamações mais comuns por parte dos alunos que ingressaram nas escolas da cidade, é a falta de compreensão acerca das explicações dos professores, pois os estudantes não conseguem acompanhar o ritmo das explicações dos professores, agravando a defasagem de aprendizado.

Essa é uma dentre tantas realidades das comunidades que lutam por sua autonomia de ensino, neste contexto a administração pública sugere que as escolas devam ser padronizadas, mas comportando uma razoável e relativa flexibilidade, pelo fato de existirem inúmeras realidades distintas.

Entretanto pensar a escola indígena na atualidade remete segundo Urquiza (2010, p. 115) ao “currículo indígena, professor indígena, língua e saberes indígenas e, por outro lado: educação e disciplinas escolares, sistema de ensino, conteúdos legitimados em “grades curriculares”, etc.”.

No momento que o aluno é aprovado no 5º ano e vai estudar nas escolas da cidade, não conta mais com as explicações na língua materna, conseqüentemente aumenta-se o número de professores, o ambiente e os conteúdos são modificados, aumenta-se o número de alunos, trocam-se as amizades e surgem expectativas com relação aos colegas da nova escola, etc. Nesse contexto percebe que apenas uma pequena quantidade de alunos da aldeia Jarara finaliza o ensino fundamental 9º ano. Isso se deve a diversos fatores, segundo os professores:

Esse aluno ao sair da escola da aldeia, encontrará muitas dificuldades em permanecer na escola da cidade. Muitos desistem por falta de condições financeiras. Os alunos pequenos não ligam em ir para escola de qualquer maneira (com relação a roupas e calçados), mas à medida que vão crescendo começam as indagações.

Muitos desistem da escola para trabalhar, pois ao chegar à escola da cidade e se deparar com muitas novidades, bens de consumo como: roupas da moda, tênis, celulares e outros objetos utilizados pelos brancos, eles acabam abandonando os estudos e se dedicando ao trabalho, para conseguir comprar os objetos que desejam. Alguns pais não têm condições financeiras, então o aluno decide trabalhar e ganhar dinheiro para obter os produtos. Assim começam a faltar nas aulas e acabam reprovando de série, sendo mais um fator que leva a desistência.

Alguns alunos saem da escola para trabalhar e ajudar a família financeiramente, pois, se os pais não estão trabalhando, eles sentem obrigação em ajudar a família e também precisam se manter financeiramente.

Em outros casos, os estudantes passam a estudar à noite e trabalham de dia para conseguir manter-se ou ajudar no sustento da família. Outra situação, é quando o aluno se sente discriminado, não consegue se socializar com os brancos, isso acaba sendo um fator que propicia a desistência escolar. O chamado bullying, onde o aluno se sente inferiorizado pelos colegas da sala ou até mesmo da escola.

Para o professor João, muitos alunos ao chegarem no 9º ano ou 1º ano do ensino médio, casam e vão embora. Esse é um costume da cultura indígena, casar-se com menos idade. Sendo um fator que também propicia a desistência escolar.

A partir dos relatos, percebemos inúmeros fatores que levam a desistência escolar dos alunos da referida aldeia. São fatores internos e externos que contribuem

para a desistência, por esta razão, não existe nenhum aluno oriundo do grupo indígena da aldeia que está cursando universidade no momento.

CONCLUSÃO

Nesse cenário de mudanças e de reivindicações, houve a necessidade de se pensar a educação e discutir as políticas que de fato abarcam as comunidades indígenas, através de políticas educacionais que corroboram para que se construa uma escola que respeite as diversidades culturais.

Sendo a instituição escolar um meio de introduzir valores para a consolidação da identidade étnica de cada povo. Os docentes indígenas discutem quanto à criação de uma escola que proporcione maior independência e atenda as necessidades e reivindicações no interior das aldeias.

Acerca da educação escolar indígena contemporânea é importante salientar que o professor possui uma responsabilidade múltipla, pois o mesmo tem que compreender as normas da educação convencional e fazer uma ligação com os saberes da cultura de seu povo, vindo assim, introduzir a pedagogia indígena que colabora com o desempenho educacional de seus alunos no “fazer falar o papel”.

Para além de corresponder aos ideais de uma mecânica “civilizatória”, no sentido colonialista, há que se pensar e repensar a relevância de uma escola cujo modelo atenda a reais necessidades e realidades dos povos indígenas de nosso país. Há que se lembrar, que no contexto de mobilização indígena a escola passa a ser reivindicada enquanto um direito básico de cidadania incluindo outros como a saúde, a assistência social etc.

Mesmo com as mudanças ocorridas nos últimos tempos, no sistema educacional indígena, no que tange as políticas públicas, sabemos que muitas coisas precisam melhorar para que de fato o ensino escolar indígena diferenciado atinja não só o papel, mas as escolas reais existentes nas aldeias do país.

Nesse sentido tanto a “bricolagem”, como o “garanizar” são termos que ajudam a pensar o processo educacional indígena que grosso modo foi tão doloroso para os índios no país. Assim pode-se perceber que os indígenas lutam pela retomada de terras, mas também pela educação escolar de sua comunidade, dessa forma há que se pensar um modelo de educação que tenha uma relação com o mundo vivido pelos indígenas e

que não esteja apenas preocupada com a “instrução” dos mesmos. Uma educação diferenciada, que fortaleça suas identidades e apoie os anseios da sua comunidade.

Nascimento (2003) pontua que nas discussões com professores indígenas acerca dessa questão percebe-se que o modelo de “escola de branco” não “funciona” dentro das comunidades, não havendo em seu objetivo a construção de vida. Então acrescenta o reavivamento da importância da educação indígena, como um meio de garantir a sobrevivência, repensando as escolas nas aldeias, já que sua presença é inevitável.

BIBLIOGRAFIA

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'yikue**. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2014.

BENITES, Tônico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. Dissertação de mestrado. Antropologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. **CADERNOS de Educação Escolar Indígena**, Barra do Bugre: UNEMAT, v.3, n.1, p.94-111, 2004.

FAIND: Disponível In: <<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/faind>> – Acessado em 15/09/2016.

FREIRE. José Ribamar Bessa. **Desaprendendo na escola**. Diário do Amazonas. 2013.

KLEIN. Tatiane Maíra. **Práticas midiáticas e redes de relações entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia Social. São Paulo: USP. 2013.

LÉVI STRAUSS. Claude. **O pensamento selvagem**. Traduzido por Tânia Pellegrini-Campinas, SP: Papirus, 1989

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Escola Indígena Guarani/kaiowá no Mato Grosso do Sul: As conquistas e o discurso dos professores-índios**. Tellus, ano 3. Nº 5, out, 2003.

NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. **Currículo, diferenças e identidades: tendências da escola indígena Guarani e Kaiowá.** In Currículo sem fronteiras, v. 10, n. 1, p.p. 113-132, jan/jun, 2010.

REZENDE, Maria Aparecida. **A construção do curso de Licenciatura Indígena- Teko Arandu fundamentada no diálogo com o Magistério Indígena- Ará Verá.** In Cadernos de Educação Escolar Indígena – PROESI. Organizadores Elias Januário e Fernando Selleri Silva. Barra do Bugres: UNEMAT, v.6, n. 1, 2008.